



ECORONDÔNIA AMBIENTAL S.A.

CNPJ 54.896.363/0001-86

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações do Resultado		
Ativo	Nota	2025	2024	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	
					2025	2024
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	4	153	580			
Contas a receber de clientes	5	88	5.095			
Estoques	6	789	879			
Impostos a recuperar	7	3.306	892			
Adiantamento a fornecedores		180	377			
Adiantamento de dividendos		11.686	–			
Outras contas a receber		309	270			
Total do ativo circulante		16.511	8.093			
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Partes relacionadas	14	232	–			
Impostos diferidos	13	58	–			
Depósitos judiciais	8	64	13			
Total do realizável a longo prazo		354	13			
Intangível	9	12.632	14.524			
Total do ativo não circulante		12.986	14.537			
Total do ativo		29.497	22.630			
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	10	760	1.241			
Empréstimos e financiamentos	11	1.585	1.576			
Passivo de arrendamento		50	–			
Obrigações trabalhistas	12	1.913	1.718			
Obrigações tributárias	13	84	553			
Dividendos a pagar		–	1.198			
Outras contas a pagar		87	24			
Total do passivo circulante		4.479	6.310			
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	11	1.187	2.754			
Passivo de arrendamento		359	–			
Partes relacionadas	14	24.552	7.354			
Provisão para contingência	15	170	–			
Impostos diferidos	13	990	436			
Total do passivo não circulante		27.258	10.544			
Patrimônio líquido	16					
Capital social		2.180	2.180			
Reservas de lucros		–	3.596			
Prejuízos acumulados		(4.420)	–			
Total do patrimônio líquido e do passivo a descoberto		(2.240)	5.776			
Total do passivo e do patrimônio líquido		29.497	22.630			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)						Demonstrações do Resultado Abrangente		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	
			Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados			2025	2024
Saldos iniciais	–	–	–	–	–	–	–	–
Integralização de capital	2.180	–	–	–	2.180	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.794	4.794	4.794	–
Destinação dos lucros:								
Reserva legal	–	240	–	–	(240)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(1.198)	(1.198)	–	–
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	3.356	–	(3.356)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.180	240	3.356	–	5.776	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	(3.356)	–	(3.356)	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(4.660)	(4.660)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.180	240	–	–	(4.660)	(2.240)	(4.660)	4.794

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Ecorondônia Ambiental S.A. ("Companhia") foi constituída em 16 de abril de 2024, com sede e foro na Rua da Beira, 6.730 - Eldorado, Porto Velho - RO, com o propósito específico de executar, sob regime de concessão, os serviços públicos de implementação, operação, manutenção, limpeza urbana, coleta, reciclagem e disposição final de resíduos sólidos no Município de Porto Velho, Rondônia, em conformidade com o Contrato nº 019/PGM/2024 - Processo 10.00289-2021. O contrato foi firmado em 29 de abril de 2024 pelo prazo de 20 anos, prorrogáveis por até 15 anos. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 10 de março de 2026. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Nota 5 - Contas a receber de clientes (provisão para perda no valor recuperável); Nota 9 - Ativo Intangível (vida útil).** **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **b. Receita de prestação de serviço:** A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47: **1- Identificar** os tipos de contratos firmados com seus clientes; **2- Identificar** as obrigações em cada tipo de contrato; **3- Determinar** o preço de cada tipo de transação; **4- Alocar** o preço às obrigações contidas nos contratos; **5- Reconhecer** a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. As receitas referentes ao contrato de prestação de serviços com a Prefeitura do Município de Porto Velho são reconhecidas com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado do contrato de serviço não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. Após análise detalhada dessas receitas, a Empresa concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. As receitas de vendas e prestação de serviços são registradas pelo valor justo da compensação recebida ou a receber e estão apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre vendas e serviços, dos cancelamentos e abatimentos. A receita de venda e serviços é reconhecida no resultado quando o seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos dos serviços prestados sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica receitas financeiras. **c. Contas a receber de clientes:** Decorrentes, exclusivamente, de serviços faturados contra o Município de Porto Velho, registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal ou de realização, atualizados monetariamente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, se aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos, tomando como base a análise individual dos créditos. **d. Estoques:** A Companhia mensura os estoques pelo custo médio de aquisição. Os ajustes, quando necessários, são efetuados conforme o valor justo. Os estoques estão demonstrados da seguinte forma: Materiais em almoxarifado nas unidades produtivas; Manutenção em andamento. **e. Ativo imobilizado: e.1 Reconhecimento**

e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo histórico de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta; Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **e.2 Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **e.3 Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9. **f. Ativo intangível: (i) Concessionárias de serviços públicos:** Os bens adquiridos que fazem parte do objeto do contrato de concessão dos serviços públicos, referem-se substancialmente a tratores, veículos e terreno. Referidos bens são classificados como intangível e serão ao final do contrato revertidos para o poder concedente. Para os investimentos realizados (aquisições de veículos, máquinas e equipamentos, entre outros) e não depreciados e amortizados até a data de retomada dos serviços pelo Município, e, ainda, para os investimentos não previstos no cronograma da prestação do serviço, a Companhia receberá indenização no advento do termo de encerramento contratual. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. **(iii) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A Companhia revisou a vida útil dos bens integrantes do ativo intangível, sendo estabelecido o prazo de amortização de 5 anos. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens. **g. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **h. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **i. Impostos correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no momento da emissão da fatura de prestação de serviço e sua realização ocorre quando do recebimento da referida fatura. Adicionalmente, é reconhecida a obrigação do imposto de renda e da contribuição social relacionados ao diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação

Demonstrações do Resultado Abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
(Em milhares de reais)		
	2025	2024
Lucro/prejuízo líquido do exercício	(4.660)	4.794
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	(4.660)	4.794

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	(4.660)	4.794
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.402	1.088
Resultado na venda de ativo investimento/imobilizado/intangível	232	–
Impostos diferidos	496	436
Provisão para contingência	170	–
Encargos financeiros sobre financiamentos	182	317
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	5.007	(5.095)
Estoques	90	(879)
Créditos tributários	(2.414)	(892)
Outras contas a receber	158	(270)
Depósitos judiciais	(51)	(13)
Fornecedores	(481)	864
Obrigações trabalhistas	195	1.718
Obrigações tributárias	(469)	553
Outras contas a pagar	63	24
Caixa líquido das atividades operacionais	920	2.645
Aquisições de ativo intangível	(740)	(15.612)
Partes relacionadas - empréstimos concedidos	(232)	–
Caixa líquido das atividades de investimento	(972)	(15.612)
Partes relacionadas	17.198	7.354
Pagamento de dividendos	(16.240)	–
Aquisição de empréstimos e financiamentos	604	4.446
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.937)	(433)
Integralização de capital	–	2.180
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(375)	13.547
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(427)	580
No início do exercício	580	–
No fim do exercício	153	580
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(427)	580

do imposto de renda. O saldo de PIS e COFINS diferidos é reconhecido em decorrência da diferença temporal do critério de reconhecimento fiscal para o critério de reconhecimento contábil da Receita. Os saldos de PIS e COFINS diferidos são reconhecidos no mesmo momento do reconhecimento da receita. **J. Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. **k. Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos e exigíveis, e que seja provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Quando aplicável, são acrescidos dos respectivos encargos e das variações monetárias ou cambiais. **1. Instrumentos financeiros:** (i) Ativos financeiros: a) Classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. d) Desreconhecimento de ativos financeiros:

